

**Ada Bragion Camolesi**

**O LOCUS MUNICIPAL E A PERSPECTIVA DA  
INCLUSÃO SOCIAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS EM  
PRESENÇA NUM CENÁRIO COMPLEXO.**

**UMA APROXIMAÇÃO ÀS EXPERIÊNCIAS CONCRETAS  
DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO**

**MAIO/2002  
SUMÁRIO**

<b>Apresentação</b>	<b>03</b>
<b>Introdução</b>	<b>06</b>
<b>PARTE I – Ampliando a visão de realidade social: uma análise preliminar de um contexto complexo</b>	<b>14</b>
<b>PARTE II – A questão da inclusão/exclusão social: configuração e desafio</b>	<b>20</b>
<b>PARTE III – Uma análise dos elementos de gestão social enquanto mediação concreta entre as requisições da sociedade complexa e o desafio da inclusão social</b>	<b>29</b>
<b>1. A intersetorialidade</b>	<b>36</b>
<b>2. A rede</b>	<b>40</b>
<b>3. Das redes setoriais à rede social intersetorial:</b>	

ultrapassagem necessária	52
<b>PARTE IV – Gestão social e Serviço Social: uma análise da operacionalidade das políticas voltadas à inclusão social e a experiência de Rio Claro</b>	
Considerações finais	63
Bibliografia	77
	83

## APRESENTAÇÃO

O convite do Prefeito Cláudio de Mauro para mim foi uma surpresa, muito mais pelo momento profissional por que passo, do que pelo inusitado do convite baseado na edição de textos voltados à análise teórica de diversos segmentos de políticas públicas, na interlocução com as ações que vêm sendo levadas em frente no município.

É notório o perfil do Prefeito quanto à busca de inovação e o chamamento contínuo para que as pessoas se engajem neste esforço.

No entanto, o momento extremamente atribulado que atravesso, fruto das requisições da função de diretoria técnica da Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Piracicaba, as aulas junto à Faculdade de Serviço Social de Piracicaba, a Unisal em Americana e o doutorado em Serviço Social, mais a orientação de sete Trabalhos de Conclusão de Curso, ou seja, o tempo que muitas vezes concorre contra as nossas pretensões me alertava sobre a quase impossibilidade em assumir mais esta incumbência.

Mas, como tudo o que chama para o prazer, a meu concurso vieram as lembranças baseadas em meu próprio cotidiano. Duas monografias por mim orientadas no ano de 2001 tiveram como foco de pesquisa projetos desenvolvidos no município de Rio Claro: em um deles se trabalhou a questão da sustentabilidade do desenvolvimento e as interfaces para o Serviço Social, tendo como unidade de análise o Projeto Regional Geração XXI: Ecoempreendedores do Futuro, desenvolvido no Horto Florestal. Outro, enfocando a relação intergeracional como estratégia técnica de abordagem com a população idosa, perspassando o Programa de Atendimento ao Idoso.

Imediatamente, fui cooptada pelo entusiasmo, em vista a reapropriação dos resultados destas pesquisas no que concerne aos efeitos na qualidade de vida das populações atendidas.

Impossível resistir. Mãos à obra.

Por tudo, então, agradeço ao Prefeito: pelo convite, ao qual honrada aceitei, pela oportunidade de colocar a público uma série de reflexões que tenho levado em frente no estudo da questão da gestão social na atualidade, pela possibilidade de mais uma vez aprender pela observação e reflexão, teorização sempre importante para os que se

dispõem a tentar levantar o véu da complexidade com que lidamos cotidianamente.

Agradeço o empenho e disposição da Secretária Municipal de Ação Social, Célia Maria Christofolletti, e à Diretora de Serviços Sociais, Luci H. Wengel Ferreira, pela disponibilização de material e interlocução.

Ao diretor do Escritório Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Rio Claro, José Roberto Arruda Albuquerque, meu reconhecimento pelas reflexões e cuidados de sempre.

À sempre presente amiga Maria Aparecida Ribeiro Germek, companheira de angústias e ousadas nesta odisséia profissional, agradeço pelo apoio, leitura e considerações sobre o texto.

A Marcos Amaral, cujo auxílio na configuração do texto foi fundamental, meu maior muito obrigada.

Enfim, aos leitores que tiverem a paciência de superar eventuais obscuridades na configuração deste texto, agradeço e escusome pelas imperfeições.

## INTRODUÇÃO

A abordagem da inclusão social remete imediatamente à do seu contraposto, enquanto situação social concreta: a exclusão social.

Na perspectiva histórica de análise da questão social sob enfoque marcadamente negativo (uma vez que a exclusão denota uma situação de não-inclusão), a área da Assistência Social se vê perante um desafio histórico: o de se apropriar de uma perspectiva teórica que dê conta de uma visão mais ampliada das relações entre os diversos atores sociais, das condições de complexidade imanentes aos traços constitutivos da realidade social, das possibilidades em presença e, perante estas possibilidades, o imperativo de empreender novos modelos de intervenção.

Aqui reside um desafio ético-profissional de grande monta, uma vez que o *velho* já demonstrou a sua inoperância na efetiva reversão dos quadros sociais, quanto ao *novo*, coloca-se a insegurança natural devido a uma sociedade insegura, atônita e quase que completamente cooptada pela velocidade alucinante com que novos elementos se inserem no cotidiano das instituições e da população em geral.

Dar conta minimamente deste desafio revela a necessidade de aprofundamento em elementos macro-estruturais, por um lado, e requisições historicamente situadas, por outro, compreendidas a partir dos quadros sociais específicos e particulares recolhidos da população-alvo da intervenção profissional. Por conseguinte, da perspectiva dialética de análise da realidade social é que o profissional vislumbra as mediações possíveis para, intelectual e empiricamente, estabelecer as estratégias de intervenção necessárias à otimização dos recursos, oportunidades e possibilidades em presença.

Trata-se, portanto, do enfoque privilegiado das relações sociais que se operam entre grupos de indivíduos que se situam desigualmente no contexto societário, o que remete à própria estrutura da sociedade.

No entanto, embora esta análise preliminar se prenda à Assistência Social, o enfrentamento do quadro cada vez mais agravante da exclusão social não pode e não deve ser encarado de forma setorial ou particularista. Trata-se de uma enorme e emergente tarefa colocada enquanto missão coletiva dos setores público e privado, que, de forma participada, partilhada e comprometida, devem caminhar no sentido de arregimentar todas as forças e esforços.

No espectro de responsável final pelo desenvolvimento de políticas que se constituem enquanto direitos, na consolidação de espaços de inclusão social, comparece aqui o setor público como alvo privilegiado das atenções, uma vez que sob suas diretrizes assentam-se um sem-número de instâncias, órgãos e atividades que respondem, por um lado, às requisições colocadas permanentemente pelas populações e, por outro, pelas diretrizes iluminadas por uma direção técnico-política emanada da instância superior executiva.

Assim, o *locus* municipal ganha centralidade nesta discussão, enquanto espaço concreto em que o cidadão coloca-se como ser, estar, interagir, apresentar e manifestar-se, enquanto requisições objetivas e subjetivas que caracterizam a vivência/convivência cotidiana.

Neste espaço, a concretude da linha de gestão pública condiciona diretamente a dinâmica de parcerização, publicização, interação, mobilização, arregimentação e, por conseguinte, otimização ou não das forças socialmente colocadas, a partir da própria concepção adotada de gestão social: se *voltada para dentro da máquina pública* no sentido vertical do desenvolvimento das políticas, fazendo-as chegar ao cidadão-usuário a partir de um processo interno do pensar sobre requisições colocadas, não importando aqui como são demonstradas, no que resulta de uma concepção do saber sobre o espaço local inerente a algumas figuras do corpo executivo, colocado ao dispor da sociedade. Ou se, por outro lado, *voltada para fora da máquina pública*, a partir de uma perspectiva horizontal em que os atores envolvidos no processo de garantia de direitos e os cidadãos-usuários dos serviços se qualificam enquanto protagonistas do pensar em processos, procedimentos e estratégias de garantia de direitos, num crescente de aprendizado permanente da instância executiva sobre as condições objetivas de vida e, portanto, de intervenções necessárias no cotidiano das populações.

Aqui cabe um parêntesis no sentido de clarear conceitualmente a gestão social. Se, enquanto gestão entende-se a atividade, a responsabilidade de comandar, dirigir um sistema, seja municipal, estadual ou federal (SEAS, 1999), gestão social implica na gestão das ações públicas, das demandas e necessidades do cidadão (CARVALHO, 1999). Foi apenas neste século que essas demandas passaram a ser reconhecidas como legítimas, constituindo-se em direitos dos cidadãos, e

esses mesmos direitos passaram a se apresentar como fundamento da política pública.

Na perspectiva do olhar voltado para dentro, os participantes do processo, excetuando-se os centros de elaboração intelectual das alternativas, são meros executores das ações ou objeto das mesmas, restando pouco ou nenhum espaço de influência criativa no sentido de adaptação às requisições permanentemente colocadas. Aliás, a centralidade das atenções aqui, encontra-se no espectro das necessidades.

De outra forma, a perspectiva do olhar voltado para fora possibilita o fomento de iniciativas inovadoras a partir da base, na medida em que os envolvidos são os protagonistas das próprias alterações necessárias à adequação permanente dos procedimentos e do oferecimento dos serviços que passam a ser maleáveis perante o movimento próprio da realidade social.

Portanto, a questão da constituição de espaços de inclusão social, a consolidação destes na direção da qualidade de vida das populações passa, sem sombra de dúvidas, por uma gestão social diferenciada, sob novas perspectivas e engendrando diferentes estratégias de militância no espaço público, entendido aqui na forma ampliada de lidamento com o interesse público, alvo de abordagem de expressiva parcela das organizações da sociedade civil.

Escolhido este caminho, justifica-se plenamente a abordagem posterior que passa pela complexidade inerente à sociedade contemporânea, a relação inclusão/exclusão social cujos espaços dicotômicos se constituem em desafios de enfrentamento, os processos de gestão moderna e seus instrumentos na perspectiva de consolidação dos direitos sociais e uma apropriação do debate da especificidade da Assistência Social enquanto instância profissional que, nas marcas de sua Lei Orgânica, é chamada a desempenhar papel fundamental, posto que inscrita enquanto política pública (e, portanto, dever do Estado), dentre as políticas que compõem a Seguridade Social Brasileira (e, portanto, direito do cidadão).

Tal ensaio teórico permite uma aproximação mais adequada às experiências concretas desenvolvidas no Município de Rio Claro no sentido de apreender suas dinâmicas perante a realidade social local. Ainda, a análise do esforço municipal na configuração da rede de atendimento ao idoso, uma vez que porta um dos maiores indicadores estaduais desta população que, portanto, requisita especial atenção no sentido de se promover uma política pública que assegure elementos de qualidade de vida.

No contexto de complexidade da sociedade atual em que o espectro da produtividade, no sentido econômico, ganha radicalidade em importância, resgatar o sentido de utilidade, auto-estima e, portanto, reconhecimento deste segmento, parece extremo desafio. Para tal, novas formas de abordagem são necessárias a partir da centralidade da atenção profissional nas respostas deste segmento a estímulos vários, o que possibilita valorizar tecnicamente as respostas e orientar as ações profissionais na direção da percepção de elementos de ordem subjetiva.

Tal requisição só encontra canal de efetividade a partir de uma gestão social diferenciada em que a operacionalidade das ações profissionais seja o mesmo espaço em que a interpretação teórica sobre a realidade e as condições desta própria operacionalidade se integrem. A simples esfera de execução transformada em espaço de práxis, (re)elaboração teórico-prática permanente de forma a permitir que a resposta pública às requisições sociais ganhe elementos crescentes de efetividade.

Um novo olhar que incide sobre a sociedade, na perspectiva de sua complexidade, sobre a gestão social, no sentido de lidamento com esta realidade, da exclusão, no sentido de sua configuração nas relações sociais e como desafio colocado na perspectiva das ações públicas e, enfim, das próprias requisições dos grupos fragilizados enquanto, muito além dos desafios, das possibilidades colocadas para a constituição do novo proceder que alcance as dimensões objetiva e subjetiva, sinônimo de uma concepção ontológica.

Proceder este que contemple os elementos de superação da cotidianidade como espaço pura e simplesmente de reprodução do indivíduo de forma imediata, de sua sobrevivência, de sua singularidade. Pois o homem é singular e genérico, co-participante do coletivo, da humanidade, dimensão esta em constante processo de negação aos que se encontram afastados da vida produtiva, como os idosos.

*A grande questão passa a ser a passagem do homem inteiro (muda relação de sua particularidade e genericidade) para o inteiramente homem (unidade consciente do particular e do genérico). Esta passagem ocorre, como diz Agnes Heller, quando se rompe com a cotidianidade; quando um projeto, uma obra ou um ideal convoca a inteireza de nossas forças e então suprime a heterogeneidade. Há nesse momento uma objetivação. A homogeneização é a mediação necessária para suspender a cotidianidade (CARVALHO: 1994).*

## **PARTE I:**

### **AMPLIANDO A VISÃO DE REALIDADE: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE UM CONTEXTO COMPLEXO**

Quando se aborda a gestão social em contextos complexos, refere-se essencialmente a uma condição específica da realidade que requisita, para clarificação dos mecanismos de regulação da vida social, uma consideração de ordem metodológica também específica, condizente com a elucidação necessária das condições colocadas pela convivência simultânea de elementos considerados contemporâneos e ultrapassados de organização do sistema capitalista.

Tais elementos caracterizam-se como pertencentes às fases pré-industrial, industrial e pós-industrial, numa convivência que anacroniza a visibilidade da constituição mesma da organização da sociedade contemporânea.

Na identificação de Melucci (1997), os conflitos que caracterizavam a sociedade industrial baseavam-se em dois elementos fundamentais: de classe e exclusão da cidadania, de apropriação da produção e inclusão de categorias excluídas. Na sociedade contemporânea, além da convivência destes conflitos, coexistem outros

que são típicos de um movimento de descontinuidade dos anteriores, embora ainda assim tenham naquele campo de relações sua referência.

Refere-se o autor que são descontínuos no sentido da possibilidade dos atores de referendarem o sentido de suas ações, pois, neste novo sistema, para se moverem devem estes atores dispor de recursos que lhes permitam consubstanciar-se como sujeitos autônomos da ação.

Os recursos da educação, conhecimento e informação constituem-se no capital individual, condição *sine qua non* para que os atores se constituam enquanto tal, aliados a outros recursos de ordem cognitiva, relacional e comunicativa.

A sociedade contemporânea caracteriza-se, então, como um sistema complexo onde a individualização dos sujeitos ganha concretude ainda mais dramática e que requer elementos compensatórios no trato da gestão pública, no sentido de fortalecer os elementos relacionais que consubstanciam a própria vida em sociedade.

O texto de Carvalho (1998), caracteriza de forma incisiva os aspectos substanciais de alterações:

*Em lugar da socialização disciplinar e dos padrões coercitivos, a fluidez negociadora;*

*Em lugar do respeito do culto a idéias e instituições, a banalização das idéias, instituições e sujeitos coletivos;*

*Em lugar da conjugação dialética de direitos e deveres, a dissociação entre ambos;*

*Em lugar da distinção entre o público e o privado, a invasão entre ambos;*

*Em lugar de proposições políticas universalistas, proposições particularistas, focalistas, multifacetaristas, referenciadas em micro-discursos locais, étnicos, de gênero ...*

Alguns traços constitutivos do elenco de reações a esta nova configuração na sociedade brasileira serão tratados a seguir, não antes da caracterização desta sociedade atual.

Melucci (1997), oferece uma contribuição substancial ao analisar o porquê da sociedade complexa enquanto categoria de análise que ultrapassa, historicamente, a sociedade industrial. Os elementos e tensões presentes não podem ser explicados no escopo anterior, requerendo uma revisão das categorias conceituais disponíveis.

A seu ver, a complexidade comporta três processos sociais fundamentais:

1. diferenciação: os âmbitos de vida, de experiências se multiplicam e, cada um deles se organiza segundo lógicas, culturas e regras diversas, não comportando transferência de modelos de ação de um para outro. É a diferenciação dos espaços de experiência;
2. variabilidade: a complexidade de um sistema é demonstrada pela velocidade e freqüência de mudanças. Este movimento implica que na passagem de um tempo para outro se torna impossível transferir o modelo de ação porque o sistema se modifica, o que implica na necessidade da reformulação contínua do modelo. É a diferenciação dos tempos de experiência;
3. excedência cultural: é o alargamento das possibilidades de ação, uma vez que ultrapassam a capacidade efetiva de ação dos sujeitos.
- 4.

Tais processos caracterizam uma situação permanente de incerteza, uma vez que os modelos de ação devem ser constantemente adaptados às regras e linguagens dos vários âmbitos da realidade. Outrossim reduzimos o campo de possibilidades na execução das ações às nossas efetivas capacidades.

Os atores são chamados permanentemente às escolhas, por isso o protagonismo das ações e relações potencializa-se, secundarizando o dado objetivo da vida social.

A característica de incerteza do sistema complexo demanda um recurso fundamental de circulação no próprio sistema: a informação. Esta reduz a incerteza no processo de tomada de decisões e permite aos sujeitos se constituírem enquanto autônomos da ação.

A autonomia está em razão direta da apropriação dos elementos informativos, cognitivos, relacionais, comunicativos, tanto ao sujeito individual quanto coletivo, no cenário complexo. A recepção e a produção de informações, a capacidade de decisão, são requisitos sistêmicos com os quais os atores se movem no contexto complexo.

No entanto, uma outra requisição se coloca: no contexto complexo o controle não pode se dar a partir da posição reativa, após a ação expressa. Antes, deve se dar sobre as pré-condições da ação no sentido intencional.

A configuração da sociedade complexa condiciona a uma mudança substancial na conformação da gestão social enquanto introduz novos elementos de análise perante a gestão tradicional. Necessário se considerar que as contradições extremizam neste contexto, enquanto uma urbanização crescente e a fragilização das relações de pertencimento, a

exacerbação do individualismo e a (re)valorização do micro-território, o espectro das possibilidades e a insatisfação em vista a impossibilidade de acesso e de acompanhar a velocidade das alterações, a globalização, enfim, e o *apartheid* social instalado.

Tais traços e requisições encontram uma ordem estabelecida na sociedade brasileira, embora em processo de alteração permanente, quando se pensam os elementos que são substanciais para a análise das conformações possíveis no sistema de gestão. Antes, porém, de se considerar os instrumentos de gestão social necessários à sociedade complexa, faz-se necessária uma incursão ao novo olhar conceitual da exclusão/inclusão social na perspectiva de especificar o desafio principal de equalização colocado a estes instrumentos.

## **PARTE II:**

### **A QUESTÃO DA INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL:**

#### **CONFIGURAÇÃO E DESAFIO**

Germano (1998), ao trabalhar as representações da pobreza e a evolução para o conceito de excluídos sociais, enfoca que a constituição do Estado-Nação moderno conformava uma visão predominantemente moralista pela qual se via o fenômeno centrado numa postura individual de não-desejo ou não-estar em condição de integrar-se ao mercado capitalista. Portanto, como *doença vergonhosa* a requisitar ações públicas direcionadas a incidir sobre mentalidades e condutas dos pobres.

Tais posturas, no entanto, conviveram com visões outras, como de Smith, Ricardo, Malthus, Marx, cujas análises ressaltavam a causalidade do sistema de produção inerente ao desenvolvimento capitalista.

Mais modernamente os resquícios deste pensar se revelam nas ações de cunho assistencialistas e clientelistas inerentes à tutela que se observa nas iniciativas públicas e privadas, oferecidas como favor e, portanto, à margem do perfil de política pública, ou no máximo como política pública residual, emergencial, desarticulada e desarticulante de outras iniciativas que venham a pontuar um enfrentamento às causas da pobreza.

Nesta perspectiva, o autor cita a contribuição de Valladares (1995) ao analisar que a influência dos organismos internacionais, a partir da década de 60, conferiu uma caracterização aos pobres como *população de baixa renda*, justificando a relação da pobreza como insuficiência de renda a fazer frente às necessidades biológicas e sociais. Tal classificação resultou na segmentação tendo como parâmetro a *linha da pobreza*, onde os grupos de indivíduos se colocam abaixo ou acima, demarcando o mérito para os programas de atendimento.

Os anos 70 e 80 foram palco de um novo enfoque neste discurso econômico sobre a pobreza: a inserção precarizada, informal, de grandes contingentes de trabalhadores em vista ao movimento de concentração de renda e aceleração do processo de desigualdades sociais alcançou também os trabalhadores assalariados como decorrência de uma degradação salarial observada no período. Tal situação engendrou uma extensão da jornada de trabalho, além da mobilização de mulheres, crianças e aposentados em atividades que se configuraram como de *estratégia de sobrevivência*.

Os anos 80, sob as marcas dos movimentos sociais das periferias urbanas, traz uma nova configuração, desta feita mais geográfica, da população pobre, que passa a ser sinônimo de *moradores de periferia*.

Apenas nos anos 90 é que a terminologia *exclusão* começa a ser adotada enquanto condição social da pobreza. E sua definição incorpora os *sem*, os *destituídos de direitos sociais*.

Wanderley (1997), clarifica que essa terminologia está carregada da noção de que não é mais possível trabalhar o fenômeno do empobrecimento das populações como algo passageiro. A própria noção de exclusão social conforma uma perspectiva de *nova manifestação da questão social*, onde a pobreza e a exclusão são faces da mesma moeda, uma vez que, se por um lado a distância entre incluídos e excluídos se

agiganta, por outro se aproxima, pois em nenhum outro momento os incluídos estiveram tão ameaçados quanto aos seus direitos em vista à perspectiva neoliberal e as alterações no mundo do trabalho.

*No caso do Brasil, consideradas as particularidades sócio-econômicas, ideopolíticas e culturais, poder-se-ia dizer que estão sendo forjados, dentre nós, personagens que são incômodos politicamente (a eles são atribuídos os males de nossa política, os "descamisados de Collor", por exemplo); ameaçadores socialmente (são perigosos, pois não são simplesmente pobres, mas bandidos potenciais – a representação do pobre está se modificando entre nós: a sua identidade está cada vez mais relacionada à do bandido marginal) e desnecessários economicamente (uma massa crescente de pessoas que não têm mais possibilidade de obter emprego, pois são despreparados) Nascimento apud Wanderley (1995).*

Esta visão dogmática demonstra uma enorme insegurança dos chamados *incluídos*, uma vez que todas as medidas possíveis de segurança pessoal e patrimonial parecem inócuas perante a ameaça configurada nos crescentes índices de violência.

A mesma autora apresenta a análise de autores franceses que permite uma visão mais ampliada da questão da exclusão, para além da questão puramente de inserção no mundo produtivo. Assim classificam eles:

- a) *a desqualificação: processo relacionado a fracassos e sucessos da integração, a partir da obra de Paugam, o qual considera a pobreza como sendo de uma parte "produto de uma construção social" e de outra "problema de integração normativa e funcional" de indivíduos, que passa essencialmente pelo emprego. A desqualificação social aparece como o inverso da integração social. O Estado é então convocado a criar políticas indispensáveis à regulação do vínculo social, como garantia da coesão social( ...)*
- b) *a desinceração: trabalhada por Gaujelac e Leonetti (1994) como algo que questiona a própria existência das pessoas enquanto indivíduos sociais, como um processo que é inverso da integração. Não há uma relação imediata entre desinceração e situações sociais*

*desfavoráveis. Logo, não há relação imediata entre desinceração e pobreza. Estes autores buscam demonstrar o papel essencial da dimensão simbólica nos fenômenos de exclusão. Eles analisam os acontecimentos objetivos na esfera do emprego e do vínculo social, mas ressaltam os fatores de ordem simbólica, pois "é o sistema de valores de uma sociedade que define os 'fora de norma' como não tendo valor ou 'utilidade social', o que conduz a tomar a desinceração como fenômeno identitário na 'articulação de elementos objetivos e elementos subjetivos';*

- c) *a desafiliação: analisando as metamorfoses da questão social, Robert Castel cunha este conceito, significando uma ruptura de pertencimento, de vínculo societal. "Efetivamente, desafiliado é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis, ou instáveis". Estão aqui consideradas as populações com insuficiência de recursos materiais e também aquelas fragilizadas pela instabilidade do tecido relacional, não somente em vias de pauperização, mas de desafiliação, ou seja, perda de vínculo societal ...*

Ainda nesta perspectiva de visão ampliada, comparece a análise de Sposati através do Mapa da Exclusão/Inclusão Social do Município de São Paulo, instrumento de uma visão diferenciada da exclusão social, configurada a partir de uma leitura particular da realidade, a partir de elementos quantitativos que, entrecruzados, apontam para elementos qualitativos, *padrões de condições de vida e satisfação de necessidades*, denominados por ela de *utopias locais de qualidade de vida e inclusão social*: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade.

Tal caminhar metodológico foi definido em consonância com a própria concepção adotada sobre a exclusão social:

*(...) é a impossibilidade de poder partilhar da sociedade e leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população (...) (1996).*

Embora tal situação atinja pessoas, não se trata, segundo a autora, de um processo individual, mas sim de uma lógica presente nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas atingindo, portanto, a dimensão coletiva. Sua expressão se dá à partir de determinadas formas ou graus:

- a) exclusão estrutural: decorrente da seletividade do mercado de trabalho;
- b) exclusão absoluta: decorrente da condição de pobreza absoluta observada nas mais baixas condições de vida;
- c) exclusão relativa: níveis baixos de apropriação da riqueza social;
- d) exclusão da possibilidade de diferenciação: grau de enquadramento dos indivíduos na sociedade em vista às regras de convívio social, não efetivando os direitos de minorias;
- e) exclusão da representação: grau a partir do qual as relações democráticas permitem a expressão das necessidades, interesses e opiniões;
- f) exclusão integrativa: presença precária na lógica da acumulação.

Interessante perceber como a centralidade da dimensão objetiva de Sposati, necessária à dimensão de análise da discrepância social produzida no Município de São Paulo, encontra, na expressão da exclusão da possibilidade de diferenciação, uma dimensão subjetiva que remete ao padrão de tolerância/intolerância para com segmentos específicos.

Tal abordagem casa, de certa forma, só que em mão inversa, com a abordagem de Gaujelac e Leonetti, abordados por Wanderley, na perspectiva subjetiva de *desincercção*.

A população idosa representa uma diferenciação em relação ao mundo produtivo, encarados enquanto aqueles que ultrapassaram este momento, já não são mais necessários ao cenário da produção, vivendo, portanto, uma relação de desincercção, aqueles que não têm mais utilidade social e que vão *pesar* nos liames de financiamento das políticas públicas enquanto previdenciários. *Temos, então, uma exclusão baseada na diferenciação em relação ao mundo produtivo, acarretando uma situação de desincercção social.*

Constituem ainda um desafio às políticas públicas, uma vez que, segundo expectativa das Nações Unidas, em 2025 nada menos que 72% deste contingente estará sediado nos países em desenvolvimento.

Tal fenômeno tem a ver com o processo de envelhecimento da população e aumento da expectativa de vida, o alto índice de nascimentos

durante as primeiras décadas do século passado, decréscimo das taxas de mortalidade e fecundidade.

A forte presença deste contingente coloca situações ambíguas e contraditórias. Oliveira (2001) contribui para esta discussão ao caracterizar que este é considerado hoje um segmento consumidor importante. Um mercado diferenciado de cosméticos, moda, produtos farmacêuticos, publicações, gravações, que atrai a atenção do setor produtivo. Por outro lado, a crescente onda de desemprego configura uma situação até então impensável: os brasileiros com mais de 60 anos vivem hoje em melhores condições que os jovens, afirma o IPEA. O IBGE chega a afirmar que esta população é responsável por 45% do orçamento dos lares onde vivem com seus filhos. No caso do idoso ser o chefe de família, a participação atinge a marca dos 69%.

No entanto, esta é uma face da questão. Os baixos valores das aposentadorias levam a uma busca de retorno às atividades produtivas. Dados de 1997 do IBGE mostram que 32% das pessoas com mais de 60 anos são produtivas. Destes, 67% homens e 33% mulheres.

Tais considerações, no entanto, não demonstram ultrapassagem das situações de fragilização econômica colocadas. Referem-se simplesmente a estratégias de sobrevivência daqueles que ainda conseguem acionar os mecanismos de geração de renda, uma vez que predominantemente os homens voltam a executar atividades por conta própria, e as mulheres, atividades domésticas.

Ou seja, o estigma mantém, portanto, as bases do estranhamento.

### **PARTE III:**

## **UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS DE GESTÃO SOCIAL**

### **ENQUANTO MEDIAÇÃO CONCRETA ENTRE AS**

## **REQUISIÇÕES DA SOCIEDADE COMPLEXA E O DESAFIO DA INCLUSÃO SOCIAL**

A Constituição de 88 trouxe à cena parâmetros novos para o desenvolvimento das políticas públicas, mormente aquelas relacionadas à Seguridade Social: a descentralização e a municipalização.

Estes pressupostos respondem a uma lógica de valorização de aproximação da população alvo das políticas públicas das instâncias de poder, a fim de que estas respondam, de uma forma mais equânime, às necessidades sociais.

Naturalmente, tal processo requer a participação do cidadão-usuário, de forma organizada, na deliberação e avaliação de metas e medidas e na real apropriação do espaço público municipal enquanto *locus* onde "o Estado ganha concretude e se encontra com o cidadão". O âmbito municipal, portanto, "tem responsabilidades constitucionais em relação à garantia de seus direitos e ao provimento de serviços que lhe são peculiares", conforme enfatiza Junqueira no documento Conferência Municipal de Saúde On-line.

O necessário avanço na racionalidade de gestão do social que aponta para um novo desenho institucional do conjunto de políticas públicas, no entanto, encontra a rigidez estrutural e conceitual de uma organização do espaço municipal de forma setORIZADA e piramidal, voltada para a atenção das necessidades sociais e não para a garantia de direitos sociais.

Villalobos (2000) clarifica o panorama histórico das alterações ao considerar que, até 1980, o enfoque para a organização dos serviços sociais depreendia de um Estado tido como provedor dos meios que permitiriam à população a satisfação de suas necessidades básicas percebidas através de problemas sociais. Do ponto de vista das políticas sociais, portanto, requisitava-se uma gestão governamental organizada através de setores sociais altamente especializados, com fortes elementos assistenciais e perspectiva de universalização de serviços. Podemos considerar aqui a presença da lógica da oferta de serviços.

Carvalho (1999) ressalta que no contexto de Welfare State, caracterizado pelo pacto social entre as classes e conciliação entre capitalismo e democracia, sob a égide do pensamento keynesiano, a gestão social partiu das premissas de centralização no Estado-Nação,

universalização de políticas de corte em ideais igualitaristas, hierarquia e setorialização da política social, generalização do trabalho assalariado consolidando a sociedade salarial e primazia do Estado regulador.

A partir dos anos 80, a perspectiva de redução do papel do Estado chamando para a necessária eficiência e incremento do papel do âmbito privado, introduz uma lógica mais voltada para a demanda, permitindo a este um papel de subsidiário da iniciativa privada. Aqui, embora a manutenção do caráter setorial e assistencialista, um novo elemento vem agregar-se no espectro das políticas sociais: o da focalização, possível a partir do desenvolvimento de sofisticados instrumentais de priorização de beneficiários. Perante a demanda, prioriza-se um determinado serviço público, permitindo que parcelas significativas da população mais pobre fiquem à margem do alcance dessas políticas.

A ação do Estado concentra-se na cobertura daquilo que o setor privado não faz e consubstancia-se, principalmente, em três abordagens: subsídios monetários diretos aos mais pobres na linha de compensação pela exclusão das redes formais de proteção social, subvenção ao setor privado para a prestação de serviços e transferência aos municípios da gestão de serviços públicos.

No contexto da onda neoliberal, conforme assinala Carvalho (1999), o Welfare State é substituído por um Welfare dualizado onde o mercado cuida daqueles com poder de compra e os grupos mais vulneráveis são assumidos por organismos locais do setor público ou privado.

Nos anos 90, com o surgimento de temas como os de grupos sociais em condição especial de vulnerabilidade e a constatação das especificidades que os caracterizam como segmentos excluídos, requisitou-se a complementaridade das políticas setoriais com outras voltadas a estes grupos definidos como prioritários. A requisição de uma ação mais integrada e integral impulsionou a implementação de programas multi/intersectoriais. O Estado é chamado a assumir um papel de promovedor e responsável por assegurar direitos aos cidadãos, só possíveis a partir de políticas mais complexas às quais a gestão setorializada não mais responde.

A reconstituição das diversas lógicas e as respectivas performances de gestão a elas correspondentes demonstra que o pressuposto da necessidade, que afirma e reafirma a ação setorializada e emergencial, destaca o cidadão-usuário do contexto sócio-histórico e territorial, na pretensão de garantia de acesso a serviços pontuais que, por si só, pretendiam o igual acesso a padrões de qualidade de vida. A lógica da oferta de serviços consonante com a busca de equacionamento

para essas necessidades, coloca ao Estado o patamar de benfeitor e provedor dos meios de satisfação para problemas sociais.

O referencial do direito, por sua vez, requisita a consideração do cidadão pleno, na perspectiva da globalidade de requisições que permitam, asseguradas, o acesso a patamares de qualidade de vida pelo exercício pleno da cidadania.

A moderna gestão social, portanto, requisita modelos mais flexíveis, menos hierárquicos, mais horizontais, mais participativos, com fluxos de comunicação mais ágeis em estruturas mais enxutas (Carvalho, 1997).

Algumas tensões caracterizam a gestão da política social contemporânea, segundo Carvalho (1999):

1. A tensão entre eficiência e equidade: o sistema de publicização e privatização das ações não exclusivas do Estado asseguram maior eficiência no gasto público, sem contudo assegurar padrões de equidade;
2. A tensão entre a lógica da tutela e a lógica dos direitos: a parceria Estado/sociedade civil/iniciativa privada está ancorada na solidariedade, colocando o risco de filantropização dos serviços;
3. Uma gestão compartilhada ou um Welfare Mix: os atores sociais são co-responsáveis na implementação das políticas sociais embora o Estado não perca a centralidade na gestão do social;
4. Ênfase na ação local: o local é tido como o mais legítimo no desenvolvimento de políticas que venham de encontro às necessidades sociais;
5. Articulação e complementaridade entre as esferas de governo (união, estados e municípios): descentralização de poder, recursos, atribuições e competências traz maior assertividade às ações;
6. Uma gestão em rede: enquanto forma de se estabelecer a sinergia de esforços e serviços;
7. Gestão intersetorial ou transetorial: possibilitando a integração das diversas políticas e programas setoriais;
8. Flexibilização de programas e serviços: capazes de envolver a rede com suas especificidades, tais como pequenas ONGs, grupos comunitários e outros.

Na gestão moderna, a assertividade das abordagens passa a ser elemento central, em torno da qual se arregimentam as ferramentas gerenciais, assim como citam diversos documentos oficiais, tais como o de Gestão da Assistência Social:

*A gestão intergovernamental constitui uma estratégia de governo que objetiva otimizar as relações*

*de complementaridade e de cooperação entre as três esferas político-administrativas que detêm responsabilidades e competências para a formulação e implementação de políticas públicas.*

*... Na implementação da política de assistência social, como a própria LOAS estabelece, a gestão intergovernamental busca criar relações e redes interorganizacionais, com a perspectiva de um sistema de interdependência, cooperação e complementaridade, de tal forma que as ações implementadas pelo conjunto das instâncias governamentais e não-governamentais alcance o máximo possível de eficiência e eficácia (SEAS, 1997).*

A abordagem intergovernamental, na perspectiva do direito, chama pelos enfoques intersetorial e em rede como instrumentais privilegiados na gestão eficiente de políticas voltadas ao cidadão, principalmente nos países onde a desarticulação do setor social compromete a eficácia na aplicação dos recursos públicos.

Uma abordagem mais específica sobre intersetorialidade e rede se faz necessária no sentido de qualificar, teoricamente, estes dois instrumentos privilegiados da gestão social moderna no contexto da sociedade complexa. Não é para menos que estas duas ferramentas ou recursos de gestão assumem protagonismo: o contexto complexo, como vimos, coloca a primazia dos instrumentos de gestão com enfoque relacional na garantia da assertividade das ações, além de requisitar a intencionalidade como forma de controle.

## **1. A intersetorialidade**

O contexto de transformações deste final de século no que concerne ao processo produtivo, organização do trabalho e o impacto conseqüente sobre a capacidade de financiamento público iniciaram um movimento de crítica da importância do papel do Estado.

No entanto, o discurso neoliberal vem sendo contestado especialmente no que concerne ao desenvolvimento social, equidade e justiça e as próprias agências financeiras internacionais, grandes promotoras deste modelo, reconhecem desde já o aumento significativo da pobreza e da desigualdade<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> "a equidade consiste no reconhecimento e na efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem... (Sposati, 1996:13).

As condições básicas de sobrevivência devem ser asseguradas pelo Estado enquanto instância capaz de mediar um processo redistributivo, impondo assim limites ao processo de exclusão<sup>2</sup>.

É neste contexto complexo que novos modos de intermediação e articulação de interesses no processo de tomada de decisões sobre políticas públicas tomam corpo.

O conceito de descentralização aqui comparece como fundamental ao entendimento deste contexto; trata-se "do processo de levar a decisão sobre políticas sociais para o âmbito do município, portanto, para seus cidadãos", com a participação da sociedade civil como exigência para sua operacionalização (JUNQUEIRA, 1998).

Este processo de participação pertinente à descentralização com conseqüente controle social traz à baila as formas de gestão que são implementadas historicamente nas políticas setoriais. A reversão do quadro social de exclusão é substancial e o mais desatento observador constata que o cidadão não encontra solução para seus problemas na ação isolada das áreas de atendimento setoriais.

A eficiência da ação depende, isto sim, da abordagem do indivíduo na sua totalidade, promovendo a qualidade de vida dos grupos marginalizados na interação das diversas ações setoriais, constituindo o que se domina de *intersectorialidade*.

*A intersectorialidade é vista como uma articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando o desenvolvimento social e a exclusão social. É uma nova lógica que se preconiza para superar a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade, nas suas necessidades individuais e coletivas. Mas essa totalidade passa também pelas relações homem/natureza. É o espaço geográfico onde se dão as relações, mas que também é construído socialmente (JUNQUEIRA, 1999).*

---

2 Entendida aqui como "a impossibilidade de poder partilhar da sociedade e leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população" (Sposati, 1999-13).

Esta lógica remete a uma nova forma de administração do espaço local uma vez que se passa a racionalizar as soluções enquanto integradas na busca de assegurar a garantia de direitos dos cidadãos.

Campos (1999) é claro ao definir a influência que uma boa administração pode ter no desempenho governativo e a necessidade de os governos promoverem uma descompartmentalização.

*A integração horizontal de políticas não se limita a uma simples coordenação em que cada um pode ser mais ou menos coordenável, dependendo da idiosincrasia e militância integradora o receber sozinho ou partilhar os louros da governação (...)*

*O desafio da intersectorialidade é difícil de responder, pois atenta contra uma cultura de especialização taylorista no escalão governamental. Provavelmente não pode ser aplicado sem reforma da governação de topo transformando a presente federação de baronatos em gestão de tipo holding. Mais uma vez a tentação de seguir o modelo empresarial parece forte.*

No documento *Conferência Nacional de Saúde On-line*, Junqueira reforça o argumento afirmando que:

*(...) o governo municipal, em cujo espaço de atuação o Estado ganha concretude e se encontra com o cidadão, tem responsabilidades constitucionais em relação à garantia de seus direitos e ao provimento de serviços que lhe são peculiares.*

No entanto, a organização deste espaço municipal é normalmente setorializada e piramidal, o que dificulta o reconhecimento do cidadão como inserido em um contexto territorial que lhe confere condições sócio-econômicas e expectativas determinadas.

O processo de descentralização implementado a partir dos anos 80, permitiu uma proximidade do cidadão em relação às instâncias de poder possibilitando o estabelecimento de prioridades a partir das reais necessidades destes. No entanto, a lógica setorial referenda políticas realizadas de forma vertical e paralela, mantendo a abordagem dos problemas do cidadão de forma fragmentada.

Tal procedimento permite que os interesses dos grupos existentes se sobreponham aos dos grupos de população, comprometendo os próprios objetivos do setor público.

Uma nova lógica é desejável: a centralidade no reconhecimento da singularidade dos grupos de população a partir da abordagem integrada de vários setores das políticas públicas. Articulação dos pressupostos da descentralização e intersectorialidade na construção de uma nova prática de gestão pública.

## 2. A rede

Francisco Whitaker versando sobre a *estrutura das organizações*, conceitua *rede* como uma alternativa à estrutura piramidal, na qual pessoas ou entidades se organizam em níveis hierárquicos que se sobrepõem, para uma ligação horizontal dos integrantes formando uma malha de múltiplos fios que se espalham indefinidamente, sem que algum de seus nós possa ser considerado o principal. Há uma vontade coletiva na busca de determinados objetivos, mas a figura usual do chefe é descartada.

O autor ainda clarifica que uma *rede* pode interligar pessoas, entidades ou pessoas e entidades de tipos homogêneos e heterogêneos, na dependência de seus objetivos. Podem ainda ser de diversos tamanhos e dentro de uma mesma *rede* podem ser encontradas *sub-redes*. Ainda, são possíveis *redes* de *redes*. O tamanho e formatação se estabelecem a partir da identificação de objetivos comuns ou complementares que serão melhor alcançados com a constituição da ação interligada.

Aproximando a análise das *redes do Terceiro Setor*, Whitaker identifica três categorias fundamentais encontradas na Rits – Internet:

- *Redes Temáticas*: a organização deste tipo de *rede* se dá em torno de uma temática específica;
- *Redes Regionais*: encontram na regionalidade o ponto de aglutinação para sua formatação;
- *Redes Organizacionais*: são aquelas formatadas a partir de uma entidade supra-institucional assim como federações, associações de entidades, fóruns etc.

Peci (1999), abordando a proliferação de *redes organizacionais como marco de mudanças no mundo de negócios*, refere-se a elas como elemento principal de uma nova era de informação, uma vez que se baseiam em parceria e colaboração, demandando assim uma mudança substancial no comportamento gerencial.

Segundo o autor, tanto a estrutura das organizações assim como o ambiente operacional devem ser vistos como redes. Este último abrange fornecedores, distribuidores, agências reguladoras e outras organizações. Mas, para uma organização em si ser denominada

*organização-rede* é necessário que se caracterize pela flexibilidade, controle descentralizado e relações laterais.

A publicação *Carta da Ação Comunitária* do SENAC-SP ressalta que:

*(...) em tempos de globalização e internet, poucas formas de organização comunitária têm sido tão eficazes quanto o sistema de redes- espaço privilegiado de discussão e troca de informações entre pessoas e instituições com objetivos comuns. Por meio do trabalho conjunto em rede, é possível evitar ações concorrentes e ampliar o poder de obtenção de recursos e apoiadores. Dentro do Terceiro Setor a utilização desse sistema de trabalho e de comunicação é crescente- o que pode ser percebido por meio do aumento da visibilidade de instituições já tradicionais na área, como a Rits (Rede de Informações do Terceiro Setor) e pelo surgimento de novas iniciativas especialmente voltadas para o estabelecimento dessas comunidades, como o Programa Rede Social 2000 do Senac-SP.*

O IV Encuentro Iberoamericano del Tercer Sector, ocorrido em Buenos Aires em setembro/98, em um de seus painéis ressaltou a necessidade de constituição de redes internacionais.

Mattar, na ocasião, enfatizou que o processo de globalização tem colocado uma situação de aprofundamento das questões sociais de exploração pelo capital a nível global. Não existem mais espaços restritos para o movimento do capital, tanto a nível especulativo quanto a nível produtivo. Este último, busca a nível planetário os espaços territoriais onde a desregulamentação configurem situações de fragilização dos direitos trabalhistas, consolidada pela mão-de-obra barata.

A conseqüente fragilização de direitos a nível global confronta-se com uma crescente indignação e a constatação de necessidade de sistemas de regulação que confirmem patamares de cidadania e de preservação do meio ambiente:

*(...) En la acción global de las grandes corporaciones, ellas llevan más que sú capital y tecnología. Llevan también sus marcas, su reputación, sus imáginenes internacionales y llevan com ellas la vigilancia de todos los grupos activistas del Tercer Sector de las varias áreas de medio ambiente, derechos humanos y otros. Y llevan*

*también la media internacional, que están dispuestos a prender potentes faroles sobre toda práctica irregular. Cuando estas corporaciones globales son sorprendidas en el uso de prácticas abusivas o injustas, los grupos activistas inmediatamente prenden los faroles para que la media internacional sea divulgada.*

Aqui se pretende dar uma conformação internacional em rede a organizações que imprimiriam um caráter de resistência, fiscalização e arregimentação de forças para constituição de espaços de controle social sobre as influências nefastas do processo de globalização.

Fraga (1999) refere-se a uma *rede de referências*. O processo de mundialização da cultura traz em seu bojo um *choque cultural*. Este vem sendo estudado em seus vários aspectos como filosóficos, ou mais práticos, como os relacionados com o gerenciamento, considerado fundamental no mundo dos negócios. No entanto, o estudo com ênfase no gerenciamento não obscurece as questões éticas: é necessário se pensar na possibilidade de *convívio produtivo entre as pessoas*.

A mera informação não é suficiente para aproximar as pessoas, principalmente num contexto de aumento dramático dos produtos e serviços em comunicação. A proposta central é a constituição do espaço de convívio entre os diferentes e suas diferenças, proporcionando o enriquecimento das possibilidades de administração dos problemas dos homens, como também humanizando o processo de globalização.

*Esta é uma proposta possível com a transculturalidade: a ação intencional de transitar pela multiculturalidade global, respeitando diferenças e reconhecendo raízes que levam a auto-estima, desde a dimensão interpessoal até a internacional. Esse esforço pela compreensão mútua pode fortalecer a confiança necessária ao compartilhamento que favorece a transformação cultural no sentido da relevância do humano e da nutrição do espírito inovador (FRAGA, 1999).*

Refere-se também, ao tratar da *rede de organizações*, da especificidade do *Comunidade Solidária* que se apresenta como tal e da qual participam órgãos do Governo Federal, estadual e municipal e da sociedade civil. A estrutura, uma vez que não existe posição hierárquica entre estas organizações, configura um modelo matricial de organização onde os compromissos são estabelecidos na implementação dos programas e estes objetivos são não-exclusivos a cada componente,

permitindo articulações que configuram desenvolvimento das ações planejadas.

Conceitua o autor:

*A rede é o próprio tecido constitutivo da sociedade, engendrando desde as redes sociais pessoais. (...) Em princípio, rede é parceria e essa parceria pode articular famílias, estados, organizações públicas e/ou organizações privadas, que se articulam em sistemas onde as partes são interdependentes, mas cujo modo de operar, na prática, tem sido fragmentado. A atuação isolada dessas instituições formalizadas como figuras jurídicas de direito público ou de direito privado tem freqüentemente apresentado uma relação de custo/benefício má ou não tem conseguido alcançar objetivos mais amplos.*

Este enfoque permite antever o espaço de redes como de fortalecimento do sentido de humanização e constituição de projeto coletivo.

Costa (1999) refere-se à *teoria das redes sociais* afirmando que:

*(...) analisa as interações que se estabelecem entre os atores sociais, enfocando a interdependência e tentando observar como a posição de cada um dos atores na rede influencia, criando oportunidades e limitações, o comportamento dos outros atores. Constitui, assim um importante referencial teórico para se entender melhor a posição das agências reguladoras, que passam a fazer parte da nova configuração dos setores de serviços públicos (vistos como redes) depois das privatizações.*

Enfoca ainda ser possível destacar duas características das redes: densidade e centralidade. A densidade responde pelo número de relações em proporção com o número de relações possíveis no âmbito de uma *rede*. A eficiência da comunicação dentro deste sistema se dá na proporção da maior densidade o que, por outro lado, permite a difusão de normas, valores e informações entre os diversos atores que a constituem.

As reflexões do autor levam a pensar a necessidade de enfoque da pertinência na participação de determinada organização na rede. Esta não é um espaço de massificação, ou seja, de negação das particularidades que lhe são inerentes a partir de alta densidade.

Inojosa (1999), neste aspecto, classifica a *rede subordinada*, constituída por entes onde, além da interdependência de objetivos, há um *locus* de controle. Nas chamadas cadeias de serviços públicos, onde a pulverização geográfica é alta, existe relativa independência de procedimentos, mas não de propósitos.

Além da classificação acima, a autora ainda cita dois outros tipos de redes inscrita no rol do que denomina "redes de compromisso social: as autônomas ou orgânicas e as tuteladas".

No primeiro caso, são constituídas por entes autônomos, com objetivos específicos próprios e que passam a se unir em função de uma idéia mobilizadora, trabalhando, assim, por pactuação. A *rede tutelada*, por sua vez, comporta a autonomia dos entes, mas estes articulam-se sob a égide de uma organização que os mobiliza pela condição de regulação legal ou capacidade de financiamento, de certa forma, engessando ou modelando o objetivo comum.

A autora utiliza a conceituação de Rosanvallon (1997), que enfoca de forma clara o tipo de visão que subsidia o nascimento desse tipo de rede:

*(...) as redes de compromisso social nasceriam a partir da ampliação da visibilidade da sociedade sobre ela mesma e da tensão que essa visão instala: a percepção de que o outro é indissociavelmente socius e próximo e de que cada um é institucionalmente solidário de todos os socii através do Estado e imediatamente solidário de algumas redes de próximos.*

Essa visão compartilhada pode levar grupos a um comprometimento muito forte na superação de situações sociais de fragilidade, articulando-se em redes que não apenas desenvolvem bens e serviços, mas também idéias.

A Série Diálogo (SEAS, 1999) caracteriza uma *rede de proteção* como:

*(...) um conjunto de instituições, organizações e pessoas que se articulam e atuam tendo em vista um objetivo, uma finalidade comum. (...) é o entrelaçamento de instituições, organizações e pessoas, desenvolvendo ações direcionadas para que aqueles que ainda estão usufruindo, que ainda têm acesso aos direitos sociais (saúde, educação, etc.) não percam esses direitos.*

Este grupo ainda está inserido, em posse dos direitos, mas iniciando um processo de exclusão pela inserção em atividades marginais, abandono à escola, trabalho infantil.

A mesma Série ainda conceitua *rede de inclusão* como:

(...) o *entrelaçamento de instituições, organizações e pessoas que, em conjunto, desenvolvem ações direcionadas para aqueles que não têm mais acesso aos direitos sociais (saúde, educação, etc.) e que por isso estão fora da rede de proteção.*

Esta procura trabalhar os grupos de situação de maior fragilização e exclusão, visando garantir os mínimos básicos de sobrevivência, e promover a (re)inserção nas políticas que asseguram os direitos sociais.

A *Teoria Sistêmica* contribui com este entendimento uma vez que tem como um de seus pontos fundamentais a mudança das partes para o todo, onde as propriedades das partes não podem ser assim vistas, mas propriedades oriundas da totalidade. As propriedades sistêmicas são, assim, destruídas quando um sistema é separado em partes ou elementos isolados.

Nesta concepção, parte é um padrão circunscrito a uma teia inseparável de relações, onde as relações são fundamentais.

Pensar objetos então, na perspectiva sistêmica, é concebê-los como *rede de relações*, imbuídos em *redes* maiores. Ainda mais, pensar a realidade como uma *rede de relações*, decorrentemente as descrições que dela fazemos se inscrevem em uma *rede interconectada* de concepções e fundamentos na qual nenhuma parte é mais fundamental que as outras.

A *rede de relações*, mas no aspecto estruturalista, é o foco de estudo de Marques ao afirmar que a relação entre o órgão estatal e o ambiente político que o circunda podem passar pelo vínculo entre indivíduos. Neste caso e considerando-se a importância da comunicação, reforça que as redes com grande circulação de indivíduos podem enfraquecer as organizações, embora, dentro de um padrão estruturado entre vários organismos, fortaleça o conjunto. As redes de pequena circulação entre indivíduos tendem a se consolidar, aumentando a articulação entre o Estado e o meio político via mediação<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Marques, que seu artigo enfoca as relações entre Estado e sociedade na formulação e gestão de uma política pública urbana, à partir da investigação sobre a política de saneamento básico implementada no Rio de Janeiro entre 1975 e 1996, trabalha com a hipótese de que *a característica de rede intrínseca à estrutura do campo da política explica tanto a estruturação e a consolidação dos campos do público e do privado separadamente,*

No entanto, na fala do autor, destaca-se uma outra característica a ser considerada: a permeabilidade.

*A estruturação em redes não é privilégio da ação estatal, mas é na ação do Estado, ou nas atividades em torno dela, que essa rede conforma o que denominamos de permeabilidade, tornando difusas as fronteiras entre o público e o privado.*

*(...) a permeabilidade (...) se baseia no padrão de relações estabelecido ao longo da vida dos indivíduos. Sua limitação pela constituição de normas, procedimentos, regras e organizações é também mais difícil e demorada do que seria de acreditar pela idéia de privatização do Estado. A permeabilidade é também muito mais disseminada do que revelam amplas categorias, envolvendo uma miríade de ligações e contatos de pequena, média e grande importância, e em constante transformação (1999).*

Faleiros (1999), numa perspectiva dialética, referindo-se à construção do objeto profissional do Serviço Social na atual conjuntura, enfoca a necessidade de construção de estratégias complexas na relação dos atores sociais envolvidos nestas questões. Tal constatação abre ao Serviço Social a possibilidade de trabalho ao mesmo tempo em *redes de relações particulares e gerais*, visando fortalecer a relação de força dos oprimidos nessa rede.

Tal estratégia faz frente à perda de poder de classe em vista a uma conjuntura de esvaziamento das instâncias organizativas como, por exemplo, os sindicatos.

Considera o autor que é na relação de redes que se podem fortalecer a cidadania, a identidade e a autonomia. No enfoque de articulação das redes primárias (a família), as secundárias (organizações sociais) e ainda de outras redes para o fortalecimento dos sujeitos em rede.

A constituição destas redes é processual e dinâmica, envolvendo família, amigos, vizinhos, como redes formais de organizações de saúde, educação, sempre tendo como ponto de partida os sujeitos implicados.

---

*quanto a permeabilidade entre essas esferas. Embora esse fenômeno esteja presente em todo o mundo, em países como o Brasil a importância das redes é maior para ambos os processos, e elas tendem a ser mais baseadas em relações individuais, assim como mais duradouras (1999:49).*

*A rede é uma articulação de atores em torno (...) de uma questão disputada, de uma questão ao mesmo tempo política, social, profundamente complexa e processualmente dialética. Trabalhar em rede é muito mais difícil do que empreender a mudança de comportamento. (...) É a superação do voluntarismo e do determinismo, da impotência diante da estrutura e da onipotência da crença de que tudo pode mudar. Na intervenção de redes, o profissional não se vê nem impotente nem onipotente, mas como sujeito inserido nas relações sociais para fortalecer, a partir das questões históricas do sujeito e das suas relações particulares, as relações destes mesmos sujeitos para a ampliação de seu poder, saber, e de seus capitais. Trata-se de uma teoria relacional do poder, de uma teoria relacional de construção da trajetória.*

Trabalhar com esta rede de relações traz ao Serviço Social a contingência de rever seus instrumentais práticos, o desafio de construção de indicadores de processo, de redes, mapas de relações.

A compreensão deste mapa de relações e redes deve contemplar, necessariamente, o tempo histórico e social do sujeito, sua trajetória compreendida em termos de ganhos e perdas, as situações conflituosas com respeito à cidadania e direitos sociais, sob uma ótica do próprio sujeito no processo de construção/reconstrução desta trama.

O fortalecimento do usuário enquanto alvo do trabalho social tem como estratégia central a articulação das mediações presentes nas redes abertas (relacionamentos intersubjetivos) com as existentes nas redes mais ou menos fechadas (dadas pelos condicionantes ecológicos, biológicos, religiosos, etc.).

A construção da identidade, diria Faleiros, implica fraturas na ordem homogênea e hegemônica dominante nas redes que denominam-se primária ou secundária.

Na perspectiva de construção da cidadania, as políticas universais constituem-se em mediações fundamentais no fortalecimento das pessoas ou grupos em relação ao Estado.

Estas, encontram na atualidade, problemas que se referem a acessibilidade, ao encaminhamento e inadequação perante a pluralidade de situações, comprometendo a equidade.

As políticas sociais se constituem, neste caso, em mediações concretas no fortalecimento da cidadania nas relações Estado/sociedade.

### **3. Das redes sociais setoriais à rede social intersetorial: ultrapassagem necessária**

As redes sociais públicas caracterizam-se por prestar serviços especializados em vista aos deveres do Estado para com os cidadãos. Assim temos a rede setorial de educação, de saúde, de esporte, cultura e lazer, de serviços de assistência social.

Com a alteração dos serviços sociais em termos de gestão, requisição do contexto complexo, abordagens interinstitucionais e intersetoriais vem sendo implementadas abrindo espaço para uma gestão partilhada com a sociedade civil e iniciativa privada e com atuação prioritariamente local.

A cultura predominante, no entanto, aponta para o poder discricionário dos prefeitos. Tal cultura foi referendada historicamente pela centralidade do poder e a manutenção de uma relação de dependência entre as localidades e os poderes públicos em níveis federal e estadual.

A descentralização pressupõe, então, uma ultrapassagem dessa cultura e a constituição de uma nova onde os pressupostos da articulação, parceria e co-gestão se consubstanciem em ações concretas.

No entanto, a emergência das questões locais pelo agravamento da crise econômica e social no país, pode constituir-se como a pressão facilitadora na busca de soluções conjuntas e integradas onde a compressão da redução da capacidade dos fundos públicos em oferecer respostas passa a ser o elemento motivador de primeira instância.

Uma análise das mais procedentes de interlocução a partir do estabelecimento de políticas em rede e intersetorialidade é a previsão do ECA com respeito à proteção integral de crianças e adolescentes. Ainda, no bojo de um pretensão reordenamento institucional a partir da Constituição de 88, percebemos uma centralidade no que o arcabouço legal denomina de *conjunto de ações* tanto referente ao ECA<sup>4</sup>, quanto à LOAS<sup>5</sup>:

ECA:

*Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto de ações governamentais e não-*

<sup>4</sup> ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8069 de 13/07/90.

<sup>5</sup> LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social Lei 8742 de 07/12/93.

*governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

*Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:*

*(...) V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional...*

**LOAS:**

*Art. 1º. A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil, para garantir o atendimento às necessidades básicas.*

Tal previsão só é possível com políticas neste escopo, articulando diferentes áreas de governo, espaços, serviços, autonomia decisória nas ações de base, desburocratização dos processos de acesso permitindo agilidade nas respostas.

A assertividade demanda um diagnóstico preciso de condições, da rede estabelecida de cobertura e de espaços ainda a serem construídos por serviços na esfera do atendimento. Uma vez que os atendimentos se estabelecem a partir dos âmbitos público e privado, está aí colocada a possibilidade de sinergia na visualização dos objetivos comuns de ambas as partes e protagonizados pelo ECA (no caso da preservação de direitos universais a crianças e adolescentes) e pela LOAS (no caso de preservação de direitos a grupos em situação de fragilização social, mormente pela inserção econômica).

O Programa Estadual de Atendimento Especial à População Idosa<sup>6</sup> prevê claramente a interação intersetorial e em rede nas respostas requeridas à ação pública, assim definidas:

*Art.2º. O Programa (...) tem por objetivos:*

- I - promover o bem-estar físico e psíquico da população idosa, mediante a implantação de rede de atendimento composta por unidades de referência e atendimento médico especializado;*
- II - adotar medidas que cuidem da reinserção e aproveitamento do idoso no mercado de trabalho;*

---

<sup>6</sup> Decreto 33825, de 22/09/91

- III – implantar serviços de proteção e orientação à parcela idosa da população;*
- IV – equipar os órgãos públicos, bem como os meios de transportes estaduais, de condições que facilitem a locomoção, maior conforto e segurança da população idosa;*
- V – oferecer atividades esportivas e opções de turismo aos idosos, como forma de lazer, intercâmbio e aprimoramento social;*
- VI – implantar atendimento especializado ao idoso nos órgãos públicos estaduais;*
- VII – incentivar a participação do idoso em atividades educativas e culturais.*

O Artigo seguinte estabelece a articulação das ações ao propor que:

*Artigo 3º. O Programa Estadual de Atendimento Especial à População Idosa será executado, de forma conjunta e integrada, observadas as respectivas áreas de atuação e a competência legal dos dirigentes, pelas seguintes Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas:*

- I – da Saúde;*
- II – do Trabalho e da Promoção Social;*
- III – da Segurança Pública;*
- IV – da Infra-Estrutura Viária;*
- V – de Esportes e Turismo;*
- VI – da Fazenda;*
- VII – da Educação;*
- VIII – da Cultura;*
- IX – dos Transportes Metropolitanos;*
- X – do Governo.*

Ressalta ainda o Artigo 6º. que cabe aos Secretários de Estado, dirigentes de órgãos públicos e entidades a que se refere o Artigo acima citado, garantir o cumprimento do previsto.

No entanto, cabe lembrar que as políticas públicas estaduais, pelo pressuposto da descentralização, são desenvolvidas em parceria com os municípios, em seu âmbito e sob sua coordenação.

No entanto, a chamada rede é ainda muito mais setorial que intersetorial no âmbito das municipalidades e ainda se observa um movimento muito mais de agregação que de parceria, muito mais de verticalidade de relações que horizontalidade de partilha de responsabilidades, onde diversos organismos se arregimentam sob uma

coordenação rígida e de relações hierarquizadas e alinhadas, normalmente de alta institucionalidade.

Mas, um exemplo concreto no espaço local de *modus operandi* no caso de observância aos Direitos de Crianças e Adolescentes é proposto pela *Série Programas e Serviços de Assistência Social (MPAS, 1998)*: os gestores locais devem produzir sinergia entre instituições e agentes visando práticas diferenciadas que dêem conta das diversidades das demandas: oferecer suporte a partir de qualificação gerencial e espaços de *fazer político* articulados na busca de metas e objetivos comuns. Tal proposta poderia, perfeitamente, iluminar outras alternativas visando a garantia de direitos de outros segmentos populacionais.

No que se refere às áreas de educação e saúde, no espaço municipal se solidificam redes que funcionam como subsidiárias às redes de âmbito estadual, principalmente nas localidades de médio e pequeno portes.

No processo desencadeado pela municipalização, no entanto, os governos municipais são protagonistas na introdução de novos arranjos institucionais, como as redes sociocomunitárias que privilegiam a espacialidade, observadas principalmente nas pequenas localidades e as redes espontâneas percebidas principalmente nos espaços rurais. A baixa institucionalidade é uma característica facilitadora do processo de constituição.

Nas localidades de grande porte a articulação é mais difícil, uma vez que as políticas setoriais são fortemente presentes pela facilidade de controle e pela quase ausência de articulação territorial voltada a uma conformação comunitária.

Aqui, merece destaque uma constatação que coloca desafios quanto à conformação sócio-política destes municípios de alta concentração populacional: a constituição de redes de pertencimento (intersectoriais) na constituição de relações micro-espaciais é fundamental como suporte no reconhecimento de identidade dos indivíduos que ali consubstanciam suas relações de ordem subjetiva <sup>7</sup>.

Percebe-se claramente que o não respeito às particularidades presentes nos espaços comunitários, denotando o movimento de

---

<sup>7</sup> Sawaia (1995:101) enfatiza a importância do estudo do homem total protagonizado por Hegel na interlocução do um com o todo. Ressalta; "estudar os fenômenos subjetivos e os fenômenos sociais como mediações é colocar em relação dialética diferentes níveis de análise: o intra e o interindividual, o intra e o intergrupar, o intra e o intercultural, enfim ..., é restabelecer a identidade entre a sociedade e o homem, entendendo que um é igual ao outro, embora um seja diferente do outro. É compreender que nada aparece como coletivo sem que antes tenha sido vivido, subjetivamente, enquanto necessidade e sentimento do Eu. E que essas necessidades e sentimentos são sociais e não naturais ou genéticos.

massificação das relações pela preservação única e exclusiva dos elementos de ordem universal (totalidade) das grandes conformações geográficas, confere uma compressão adicional nos processos de alienação em relação à real apropriação dos espaços de vida e objetivação das populações.

A constituição de espaços de mediação entre o universal e o particular, entre as relações de pertencimento nos espaços micro e macro-geográficos, em suas conformações econômica, social e política, são substanciais como forma de superação na constituição de alianças pessoais e de um projeto coletivo de vida que tenha o que dizer ao projeto pessoal de vida e vice-versa. Substancial também em relação a construções de ordem positiva no que concerne à apropriação das condições de objetivação da própria comunidade e no sentido de construção conjunta de alterações sociais.

Vale proceder a um parêntesis: o cruzamento dos dados oriundos da FEBEM (maio/2000) e do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Região de Piracicaba (2000), exemplifica claramente esta situação: dos trinta municípios da Região Administrativa da Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Piracicaba (órgão ligado à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo), 83% dos adolescentes em situação de conflito com a lei, mormente os que receberam a determinação, pelos Juízes de Infância e Adolescência, do regime de Liberdade Assistida, estão concentrados em apenas sete municípios, todos eles considerados de médio a grande porte, em vista às características da região.

Nos municípios de médio e grande portes, teoricamente, as relações de pertencimento são muito mais fluídas em vista a alta concentração populacional, por um lado, e a crescente expansão das áreas periféricas por grupos de população em situação de fragilização social, por outro. Concentra-se a desesperança, a miséria, a falta de perspectiva individual e coletiva, a inexistência de parâmetros de identidade e de relações com perspectiva de construção. Coloca-se o imperativo político de reforço das articulações sócio-comunitárias em micro-regiões como forma de reversão/prevenção de quadros de desagregação sócio-institucional que, normalmente, se expressam pela violência decorrente de um sentimento generalizado de impotência.

Os Conselhos Municipais de Defesa de Direitos, a nível local, são fundamentais por colocar na agenda de direitos a interlocução entre os vários setores de políticas e, portanto, estimular o debate pelo reordenamento institucional que tem na constituição de redes intersetoriais um meio estratégico para atingir o fim de gestão eficaz da coisa pública.

Em termos de constituição de uma rede de defesa de direitos de crianças e adolescentes, a *Série* anteriormente citada propõe que se sigam os seguintes pressupostos:

- *uma gestão eficaz pressupõe uma boa resposta de proteção e desenvolvimento integral de todas as crianças e adolescentes do município;*
- *uma boa proposta tem, bem definidos, objetivos, prioridades, metas e resultados a serem alcançados, com o envolvimento de todos - sujeitos, serviços e organizações;*
- *uma boa proposta tem que tomar legitimidade no município;*
- *o gestor desta proposta é o governo municipal;*
- *as relações/articulações intergovernamentais e com os poderes legislativo e judiciário;*
- *por fim, a relação em rede envolve um processo contínuo de circulação de informações.*

A radiografia do campo de relações encontra um instrumental administrativo largamente utilizado quando se busca que um parâmetro lógico se torne aparente: o Gráfico de Relações, que pode ser extremamente interessante principalmente quando na formatação de uma rede:

- um problema é suficientemente complexo que a relação entre idéias é difícil de se determinar;
- a seqüência correta das ações é crítica;
- quando há um *feeling* que o problema em discussão é somente um sintoma<sup>8</sup>.

No que se refere a concentração de população acima de 60 anos, o Mapa demonstra índices mais altos em municípios de pequeno porte, como Águas de São Pedro, Santa Cruz da Conceição e São Pedro. Rio Claro aparece como o quarto elencado e o próximo município de médio porte apenas aparece sete colocações depois.

O cruzamento com os indicadores de exclusão social revelam que, neste caso, os maiores indicadores de presença de população idosa não coincidem com a presença de índices de maior vulnerabilidade, mas, com indicativos de qualidade de vida que norteiam muitos idosos como

---

<sup>8</sup> O Diagrama de Relações é utilizado como instrumento lógico e deve ter como parâmetro criativo, construído anteriormente, o Diagrama de Afinidades.

Tidos como inscritos dentre as sete ferramentas administrativas inspiradas na Qualidade Total Japonesa, foram compilados no livro *Management for Quality Improvement: The 7 New QC Tools*.

O Diagrama de Afinidades coleta grandes quantidades de dados verbais como idéias, opiniões, problemas, e organiza-os em grupos pela relação natural entre eles. É mais um processo criativo.

O Diagrama de Relações mostra os fatores envolvidos inter-relacionados, mostra graficamente as relações lógicas entre os fatores. É um processo lógico (Gerenciamento Qualidade Total na Educação:Apostila).

opção de moradia após a aposentadoria, principalmente os oriundos dos grandes centros urbanos.

Mas no que se refere aos municípios de médio e grande porte, a questão das relações comparece da mesma forma que a apontada anteriormente para os adolescentes, o que requisita o desenvolvimento de atividades descentralizadas, cuja conformação está prevista na Política Nacional do Idoso<sup>9</sup>:

*Artigo 10. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos:*

*I – na área de promoção e assistência social:*

*(...) b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros (...)*

---

<sup>9</sup> Lei 8842, de 04/01/94

**PARTE IV**

**GESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA  
OPERACIONALIDADE DAS POLÍTICAS VOLTADAS À  
INCLUSÃO SOCIAL, SOB O NOVO OLHAR E A  
REALIDADE DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO**

O Serviço Social, como não poderia deixar de ser, tem sua prática condicionada às requisições do contexto social mais amplo num processo de contínuas alterações.

A perspectiva da totalidade social, no entanto, não condiciona a superação das particularidades, antes as reforça no processo rico das mediações responsáveis pelo estabelecimento de táticas e estratégias profissionais, na constatação do vasto campo de possibilidades colocadas pelo elemento de negação intrínseco ao sistema capitalista.

Portanto, o profissional apropria-se ou renega instrumentais emergentes ou superados, na busca sempre presente das respostas adequadas às requisições que se apresentam e, desta forma, o assistente social se apropria do espaço profissional legítimo, conferindo-lhe maior legitimidade pelo impacto do fazer profissional.

A adesão às formas de gestão emergentes, no entanto, requisita uma apropriação teórico-metodológica específica, considerando que, normalmente, o profissional está inserido em organizações que estabelecem e/ou executam as linhas de políticas públicas, nos âmbitos público e privado, apropriação esta que se manifesta em posturas profissionais decorrentes de uma teoria incorporada e em processo de construção e reconstrução na perspectiva da *práxis*. Tal especificidade consubstancia-se em duas constatações principais: a perspectiva de que a organização em que opera não consegue abarcar todas as interações com a população-alvo que lhe assegure o patamar de direitos (incompletude institucional) e que um único segmento profissional não consegue responder pelo pensar e agir no sentido de assegurar os padrões de cidadania e equidade, pressupostos da constituição dos espaços de apropriação dos direitos (interdisciplinaridade).

Ressalta Fazenda (1979) que:

*A real interdisciplinaridade é antes uma questão de atitude; supõe uma postura única frente aos fatos a serem analisados, mas não significa que queira impor-se, desprezando suas particularidades.*

*(...) O que se pretende na interdisciplinaridade, não é anular a contribuição de cada ciência em particular, mas, apenas, uma atitude que venha a impedir que se estabeleça a supremacia de determinada ciência, em detrimento de outros aportes igualmente importantes.*

On (1995), reforça esta afirmativa ao enfatizar que:

*Entendendo a interdisciplinaridade como "postura profissional" e "princípio constituinte da diferença e da criação" compreender-se-á que o Serviço Social – uma vez que articula diferentes conhecimentos de modo próprio, num movimento crítico entre prática-teoria e teoria-prática – é uma profissão interdisciplinar por excelência. Assim, para o Serviço Social, a interação com outras áreas é particularmente primordial: seria fatal manter-se isolado ou fazer-se cativo. A interdisciplinaridade enriquece-o e flexiona-o, no sentido de romper com a univocidade do discurso, de teoria, para abrir-se à interlocução diferenciada com os outros. Isto significa romper com dogmatismos, muitas vezes cultivados no interior da profissão (...)*

E definitivamente ressalta Inojosa (2000):

*O pensamento complexo não nega os saberes disciplinares, critica o seu isolamento e propõe um avanço. Por isso fala na ecologização das disciplinas, que significa considerar tudo o que lhes é contextual, aí compreendidas as condições culturais e sociais.*

*O paradigma da complexidade está fundamentado sobre a distinção, a conjunção e a implicação mútua. Trata-se de trabalhar com a diversidade e compreendê-la. O alcance da transdisciplinaridade apóia-se sobretudo na comunicação, modulada pela perspectiva política da apropriação democrática dos saberes.*

Clarificadas estas questões, abre-se todo um campo de possibilidades na construção de alternativas mais condizentes com as

requisições sociais colocadas enquanto demandas efetivas e inscrições no campo das resistências.

Resistências essas que dizem respeito ao processo avassalador de alargamento dos espaços de exclusão social pelo movimento no mundo do trabalho; resistência ao poder discricionário de toda ordem que consubstancia o *locus* do poder opressor; resistência na estratégia de constituição de espaços de apropriação da condição de sujeito dos processos.

Como enfatiza Faleiros (1999), no Serviço Social a construção do objeto se faz ao mesmo tempo que a constituição do sujeito, pois este, na prática social, vai fazendo e desfazendo vínculos, vai fazendo e desfazendo a si mesmo.

*A relação profissional/redes se faz numa dinâmica complexa de mediações em que se constróem o conhecimento e o reconhecimento mútuos de si e do "campo de manobras" (vamos chamar assim o cotidiano) de cada um. Esse reconhecimento se faz na dinâmica da demanda e da oferta de serviços e recursos não só pelo reconhecimento de sua legitimidade ou de seu direito, mas também pelo reconhecimento de atores que interagem no processo (...)*

Feitas estas considerações e sendo a abordagem com a população idosa inscrita no elenco das previstas pela LOAS, necessário se faz uma aproximação da caracterização do objeto de estudo, as políticas de inclusão social do Município de Rio Claro, centralizando a política de atendimento ao idoso, para, à luz da conformação teórica de análise, identificar as novas opções que se gestam.

Oliveira (2001), em seu estudo sobre a intergeracionalidade<sup>10</sup>, faz uma análise sobre a caracterização da população idosa local. Cita um artigo de Guidugli<sup>11</sup>, que revela:

*(...) Os dados divulgados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos seus sucessivos censos mostra mudança. Entre 1940 e 1960 a população total do município cresceu apenas 26,6% enquanto o total da população com 60 anos e mais aumentou em 81%. Assim, encerramos 1960 com um total de 59.843*

<sup>10</sup> “ (...) A intergeracionalidade é tudo o que se possa passar, trocar, interagir informações, conhecimentos, experiências, vivências entre duas ou mais gerações, não apenas no convívio familiar, mais principalmente no contexto social” (OLIVEIRA, 2001).

<sup>11</sup> Jornal da Cidade de Rio Claro, em 11/11/01.

*habitantes e 4.289 idosos. Entre 1970 e 1991 o aumento da população total foi de 77,0% enquanto a dos idosos de 133,2%.*

*Além disso o crescimento de pessoas mais idosas ou seja, com 70 anos e mais de idade, está mais veloz que aquele das pessoas entre 60 e 69.*

*Assim é que entre 1970 e 1991 enquanto estas últimas apresentaram um crescimento de 121,7% aquelas com 70 anos é mais de 152,0%. Por outro lado, no contexto do Estado de São Paulo e de cidades de porte geográfico similar (entre 150/180.000 habitantes), Rio Claro é o município classificado em 2. Lugar perdendo apenas para o de São Caetano do Sul, na Região Metropolitana de São Paulo. Para o censo de 2000, que está para ser divulgado, estes valores serão mais acentuados. Continuaremos assim neste processo de envelhecimento até aproximadamente 2040 quando, então, os comportamentos demográficos começarão a tomar novas direções e feições (...)*

Dados da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, a região de Rio Claro, em relação a outras do Estado, apresenta o maior índice de população idosa, doze por cento. O contingente chega a 14.797 na cidade de Rio Claro.

Estes dados são mais que suficientes para demonstrar a importância que o estabelecimento de políticas eficientes e efetivas, voltadas a este segmento, representa para o município no sentido de evitar a vida segregatória, solitária, ociosa, exclusão do convívio social, enfim, má qualidade de vida.

O Plano Municipal de Assistência Social enfatiza os objetivos gerais do Programa de Atendimento ao Idoso do Município:

- *Assegurar os direitos sociais dos cidadãos com mais de 60 anos de idade, suscitando condições para fomentar sua autonomia e participação na sociedade.*
- *Preservar e/ou resgatar a identidade da pessoa idosa de forma a fortalecer suas relações com a família e a comunidade.*

Os objetivos específicos delineiam a forma como os gerais serão alcançados:

- *Mobilizar os idosos do município e dos grupos de terceira idade em programas educativos proporcionando-lhes informações sobre as condições do envelhecimento;*
- *Propiciar, através de trabalhos educativos, uma nova visão de vida quanto aos aspectos de saúde (física, mental e emocional);*
- *Proporcionar um espaço de participação social, possibilitando formas cooperadoras de produção e prestação de serviços dos Grupos de Terceira Idade à comunidade, aproveitando as suas potencialidades;*
- *Criar a possibilidade de um relacionamento social mais amplo, minimizando a segregação do idoso junto à família e outros grupos sociais;*
- *Implantar um banco de dados informatizado, que possibilite o conhecimento da realidade do município, para a formulação de políticas de atendimento à população demandatária.*

O documento ilustrativo da Política Municipal do Idoso veiculado no III Seminário UNESP-UNATI demonstra a visão da administração municipal acerca destas ações:

*As políticas municipais para o idoso devem contemplar ações preventivas e de inclusão, abrindo canais de participação, de acesso a bens, serviços, conhecimento, informação, moradia, acolhimento, autonomia e cidadania. Nesta perspectiva, em Rio Claro-SP, o poder público municipal, preocupado com o envelhecimento da população, propõe metas de curto, médio e longo prazos para esse segmento no âmbito da assistência social, contemplando a intersectorialidade de ações com interface na saúde, educação, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e outros. A articulação entre os órgãos governamentais nas diversas esferas e organizações da sociedade civil que atuam e ou desenvolvem programas e projetos voltados aos idosos, oportuniza parcerias e realizações como: campanha de vacinação para idosos, jogos regionais da 3ª Idade – JORI; Jogos Abertos da 3ª Idade promovidos pelo SESI, Corredor Cultural em âmbito local e regional, participação nas Conferências Municipais que deliberam sobre as*

*prioridades do Município, participação na elaboração do Orçamento Municipal, entre outros.*

A operacionalização desta filosofia administrativa intersetorial e articulada configura-se nos projetos de atendimento:

1. Projeto Moradia para Idosos: na perspectiva do atendimento à demanda habitacional a pessoas acima de 65 anos com renda até dois salários mínimos, destituídos de propriedade residencial e que paguem aluguel. Trata-se de condomínio cuja cessão ocorre por direito de uso;
2. Projeto Centro Dia do Idoso: visando atender a população acima de 60 anos, foi a unidade inaugurada em 1999. Trata-se de espaço físico adaptado às necessidades deste contingente populacional, que passa ali o dia todo e durante toda a semana, desenvolvendo atividades educacionais, recreacionais e ocupacionais (oficinas), voltadas prioritariamente à população em situação de risco. Tal unidade visa prevenir o abandono, o asilamento, promover a auto-estima e autonomia e contribuir para o fortalecimento dos laços familiares;
3. Atenção aos Idosos Asilados: trata-se de parceria com os abrigos do município no sentido de potencializar a qualidade das ações desenvolvidas em âmbito institucional. A contratação de equipe multiprofissional e integração com as atividades do Centro Dia tem possibilitado um incremento na qualidade de vida dos atendidos;
4. Estímulo a organização de Grupos da Terceira Idade: de forma descentralizada, mas tendo como referência o Centro Municipal de Convivência Padre Augusto Casagrande, que cedia também o Centro Dia, são atualmente 36 os Grupos cadastrados envolvendo cerca de 2000 componentes. Aqui, busca-se o resgate dos laços de pertencimento e resgate de auto-estima a partir de atividades de lazer, esportivas, culturais, intelectuais que buscam, ainda, a identificação de um projeto coletivo, participação e envolvimento com as questões da própria comunidade no sentido de constituição de uma cidadania ativa;
5. Atendimento Individual e Familiar: através do processo da escuta e do acolhimento, busca-se a identificação da problemática e oferece-se o acesso a recursos da comunidade e projetos especiais. Trata-se de uma porta de entrada qualificada para a demanda;
6. Estímulo ao Trabalho Voluntário e Capacitação de Profissionais: o município tem um número expressivo de voluntários, grande parte deles acima dos 60 anos, que se engajam em tarefas voltadas para a área da Assistência Social. Existe uma preocupação constante em estar oferecendo subsídios, tanto a

- estes voluntários como para profissionais que com eles atuam, no sentido do aprimoramento desta interlocução;
7. Projetos em Intergeneracionalidade: de caráter inovador, preocupe-se com a troca de experiências entre gerações, principalmente com crianças. A importância desta experiência justifica uma abordagem mais aprofundada, o que será feito à frente;
  8. Semi-profissionalização: em parceria com o Abrigo São Vicente de Paulo, o CEMCI (Centro Municipal de Convivência do Idoso) e os Grupos de Terceira Idade, visa a confecção de fraldas geriátricas descartáveis, o que deu aproveitamento a um maquinário ocioso e disponível na própria entidade. A produção visa atender às necessidades da própria instituição, como também pode estar disponível a comercialização;
  9. Resgate das condições de vida no Abrigo: o Abrigo São Vicente de Paulo é palco de toda uma ação articulada visando promover a qualidade de vida dos ali atendidos, o que demanda esforços de uma série de organismos públicos e privados, como: defesa civil, Secretaria de Turismo, equipes de cabeleireiros e manicures do Senac, voluntários da Igreja Mormon, Secretaria da Saúde, UNESP e outros.

A pesquisa efetuada por Oliveira (2001), no Município de Rio Claro sobre a questão da intergeracionalidade demonstra claramente o celeiro de idéias em que pode se transformar o espaço público considerado na perspectiva da integralidade das ações voltadas a um segmento de população.

A abertura permitida para a criação, a composição e a recomposição de ações e alternativas, engendra também uma abertura para o livre pensar profissional, técnico, abordativo. Uma construção que nasce não apenas das requisições colocadas pelo próprio segmento mandatário das políticas, como também das do próprio profissional, ou equipe de profissionais, identificados com o impacto da própria ação.

Este panorama criativo possibilita que até mesmo novos elementos conceituais sejam necessários para exprimir, teoricamente, as tendências que se configuram na prática, conformando uma dialética relação de aprimoramento teórico-prático permanente, o que evidencia avanços expressivos na qualidade de atendimento dos serviços oferecidos.

Foi desta forma que uma visita da Escola Municipal de Educação Infantil João H. Neto, no Centro Dia, deu ensejo a toda uma construção metodológica em que a centralidade da relação intergeracional, adotada enquanto intencionalidade técnica, possibilitou a promoção do sentimento de utilidade, resgate de laços afetivos, incremento de auto-estima e outros valores, numa potencialidade até então não percebida.

É relevante reproduzir aqui a citação de Oliveira sobre o constante no Relatório do Projeto, expressado por Bueno (2000):

*Durante os cinco primeiros encontros, limitamos o número de visitantes para cerca de 15 crianças. Sabíamos que o grau de dispersão seria alto, principalmente por parte delas, devido a curiosidade e excesso de estímulos.*

*Por isso, sempre apresentávamos o ambiente para as crianças e permitíamos um período inicial para sua exploração. Utilizamos, nesta fase, atividades de recorte e colagem feitas em subgrupos mistos (crianças mais idosos) e atividades em grupos de brincadeiras de roda e canto de músicas populares: pirulito que batebate, cachorrinho tá latindo, meu limão meu limoeiro etc. (...)*

*Nosso objetivo com isso era desenvolver a familiaridade e a criação de laços afetivos entre idosos e crianças.*

*A essa altura, as crianças se preparavam para uma homenagem aos idosos devido o Dia do Idoso. Estes, então, se deslocaram até a EMEI pela primeira vez. Conheceram o espaço físico de lá e foram muito bem recebidos tanto pelos funcionários quanto pelas crianças. Foram tratados com muito respeito e admiração por todos.*

*Mais alguns encontros se seguiram utilizando basicamente as mesmas atividades, porém com um número maior de crianças (cerca de 20). Nessa altura, já era possível se notar alguma intimidade entre idosos e crianças. Não era raro alguém me chamar para confessar com orgulho: "aquela criança me chamou de vovó e quer sentar comigo para desenvolver alguma atividade".*

As teses norteadoras da pesquisa desenvolvida por Oliveira ressaltaram a importância da relação intergeracional, nesta faixa etária, no sentido de promover a auto-estima, o senso de utilidade, fortalecimento de laços, reconhecimento social, possibilitando melhor qualidade de vida. Estas afirmativas foram plenamente confirmadas, mas a pesquisa revelou ainda outros elementos: a importância do sentimento de reciprocidade, da constituição de uma relação de potencialização dos elementos de prazer, de troca e, em vista disto, o respeito que se obtém no reconhecimento de que, apesar das especificidades que configuram aquela faixa etária específica, o prazer e a satisfação são os elementos que superam as heterogeneidades, resgatando a criança de cada um.

São os elementos de ordem subjetiva que ganham amplitude neste enfoque como condicionantes da qualidade de vida a esta população. Para além das respostas públicas às requisições de ordem puramente material e estrutural, a configuração de projetos complementares que visem a vivência potencial da subjetividade são o corolário de uma política pública que pretende resgatar a integralidade do Ser.

Tal perspectiva só se configura a partir da visão macroscópica do saber diluído pela estrutura pública e da configuração de espaços de criação técnica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos uma sociedade complexa. As alterações sociais impressas pelas novas conformações do mundo do trabalho e do papel do Estado trazem condicionantes e desafios à atualidade como o aumento significativo das demandas por serviços em vista ao desemprego estrutural, ao mesmo tempo em que a doutrina neoliberal representa uma pressão adicional na transferência de responsabilidades para a sociedade como um todo no trato com os efeitos do desenvolvimento do processo de acumulação capitalista.

Nesta perspectiva, onde a noção de utilidade comparece como condicionada à inserção dos contingentes populacionais no mercado de trabalho e, portanto, todo aquele que superou este momento, seja alcançado pelo desemprego estrutural, seja por ter ultrapassado o limite da idade produtiva, encontram-se mergulhados numa cultura predominante de desqualificação, negados em seu direito de diferenciação em relação aos contingentes produtivos (considerados aqui como força de trabalho economicamente ativa), submetidos, portanto, a um processo de desincorporação social, caracterizando uma situação de exclusão que vai para além das condições sócio-econômicas a que este contingente porventura esteja inserido.

A escassez dos recursos alocados à área social, a crescente demanda e esta diferenciação qualitativa da demanda, todos estes elementos configuram aos municípios desafios adicionais no trato com as políticas públicas, requisitando que a complexidade desta realidade seja enfrentada com elementos outros de diferenciação de espaços de construção técnica, de arregimentação de energias, de elaboração de novas alternativas, de potencialização de esforços e recursos, enfim, a constituição do espaço de construção do novo.

No campo do desenvolvimento da gestão da política social contemporânea, por conseguinte, duas questões representam a tensão colocada entre a operacionalização das políticas e as requisições sociais: a eficiência e a equidade.

A Constituição de 88 delimitou a lógica de ação no contexto brasileiro, trazendo à baila os pressupostos da descentralização e municipalização, conformando a ênfase na ação local pelo processo participativo. Tal caracterização soma com o processo de valorização do espaço local decorrente, contraditoriamente, do fortalecimento do processo de globalização que fragiliza a visão do Estado-nação e, no entanto, permite que o espaço localizado seja visto como o *locus* de desenvolvimento dos padrões qualitativos de vida e dos referenciais de

cidadania, como a democracia, a equidade e a transparência no trato com a coisa pública.

Há a constatação de que não bastam as políticas, mas que as estratégias e a racionalidade dessas devem primar pelo direito social como fundamento.

A condução de uma política de bases clientelística, paternalista e tutelar não encontra mais espaço de sustentação perante as requisições sociais, nesta ótica, novos processos de gestão das políticas devem ser efetivados, garantindo a implementação dos novos paradigmas.

Nesta perspectiva, a articulação e complementaridade entre as esferas de governo de forma descentralizada, mas com papéis claramente definidos no que concerne ao controle e financiamento das ações, coloca-se como necessária enquanto conformação *intergovernamental de gestão* no estabelecimento de coberturas e responsabilidades quanto às demandas prioritárias. A estratégia da *gestão em rede* interconecta iniciativas complementares e similares, ações governamentais e não-governamentais, mobiliza disposições e parcerias, cria oportunidade de ação micro-regional e regional, horizontaliza os vínculos e reforça o perfil democrático na interação. A *gestão intersetorial* reforça a racionalidade do direito pela visão da totalidade do cidadão enquanto mandatário e alvo das ações públicas. A *flexibilização dos programas e serviços* permite a necessária flexibilidade nas ações de ponta, com a rápida resposta quanto a correção de rumos e a proximidade garantida na articulação com pequenas ONGs e organizações comunitárias (Carvalho:1999).

Esta nova conformação do espaço implica na complexidade das tramas de relações locais, e na maior capacidade de absorção e resposta às necessidades socialmente colocadas.

As redes sociais devem ser, necessariamente, redes de relações particulares e gerais, tanto a nível do microterritório para o macro, dentro da conformação municipal, como deste em articulação com as redes de nível regional, estadual ou nacional. O ideal seria, então, o estabelecimento de um fluxo multidirecionado, o que permitiria que as conformações de nível de totalidade encontrassem as formas de articulação com as particularidades locais e estas, com os níveis de totalidade, permitindo um extenso, complexo e dinâmico campo de mediações onde todos os atores se perceberiam representados e, portanto, contemplados, caracterizando alta permeabilidade.

Para a máxima eficiência, eficácia e efetividade é fundamental que se promovam mecanismos de fomento a constituição de articulações com perfil de redes de compromisso social. De forma engajada, os entes devem perceber um espaço onde as idéias podem e devem se manifestar

como condição de uma construção conjunta de capacidade crescente de resolutividade perante às requisições colocadas pela conjuntura social.

Ainda, a área de Assistência Social encontra maximização de suas ações a partir das redes que combinam ações de inclusão e proteção, no sentido de abordar as situações sociais que já se caracterizam como de exclusão de bens e serviços, ao mesmo tempo que protagoniza a prevenção aos grupos de população que se encontram em risco social, mormente no âmbito de outras políticas setoriais, promovendo o espaço de intersectorialidade consubstanciado nas interfaces das políticas públicas.

Estas formas diferenciadas em relação ao contexto sócio-histórico requerem, igualmente, uma forma diferenciada de postura profissional. A atitude profissional nova conforma também uma nova ética que passa pela convivência profissional e interação com outras áreas de saber, na perspectiva da complementaridade.

Somente tal postura, interdisciplinar, pode conviver com o novo olhar requisitado pelo campo dos direitos: a integralidade do Ser.

A análise da rede de atendimento ao idoso do Município de Rio Claro denota um claro esforço no sentido de buscar padrões de atendimento que dêem conta destas requisições altamente complexas. A grande importância na constatação deste esforço é que, pelo fato do município se configurar como de alta concentração de população idosa, passa a ser foco de atenção quanto ao desenvolvimento de ações que visem a promoção da qualidade de vida a este segmento.

Claramente, o Programa Municipal de Atendimento ao Idoso contém os elementos requeridos pela gestão moderna uma vez que se constitui em um campo de mediações, numa configuração de rede social intersectorial, com fluxo multidirecionado, em perfil de compromisso social, o que permite uma abordagem de elementos conjugados de proteção e inclusão, promovendo referenciais de equidade, portanto, qualidade de vida.

É imprescindível que a sistematização destas alternativas, na configuração construída pelo Município, possa ganhar visibilidade e que este *locus privilegiado* no qual ele se constituiu, pelos elementos de gestão social que incorporou, venha se confirmar como espaço de formação e pesquisa para outras localidades.

É a tarefa inevitável para aqueles que chamaram para si o ônus e o bônus da construção do novo e a contribuição efetiva que podem oferecer perante a busca tão necessária de referenciais que imprimam velocidade ao processo de construção de um novo saber sobre a

apropriação do espaço público de constituição das políticas sociais locais, no cenário complexo.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ANTIERO, Martha. **A rede**. Editora Civilização Brasileira.
- BOTH, Elizabeth. **Família e a rede social**. Francisco Alves Editora.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Assistência Social: Gestão 1997, Brasília.
- \_\_\_\_\_. Série Diálogo Volume I. Brasília: 1999.
- \_\_\_\_\_. Série Programas e Serviços de Assistência Social. Brasília: 1998.
- BRISA. **Gerenciamento em redes**. Makron Books do Brasil Editora.
- CADERNOS ABONG, n. 19. CFESS, ABONG, CNTSS/CUT. Outubro/97.
- CAIADO, Aurílio S.C. Dinâmica Socioespacial e a Rede Urbana Paulista *in* **São Paulo em Perspectiva**. Vol.9, n.3, jul/set. 1995.
- CAMPOS, Antonio C. Administração pública: bloqueio e desenvolvimento *in* **Revista de Administração Pública**. Vol.33, n.6, 1999.
- CARVALHO, M. Carmo Brant. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social In: **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. São Paulo, Cortez: 1994.
- \_\_\_\_\_. Política de Assistência Social e seu Reordenamento Institucional *In* **Curso para Gestores de Fundo Municipal de Assistência Social**. Fundap, 1997.
- \_\_\_\_\_. A Escola como Espaço de Pertencimento. Texto apostilado. PUC-SP, out/98.
- \_\_\_\_\_. Gestão Social: Alguns apontamentos para o debate *In* **Gestão Social: Uma Questão em Debate**. São Paulo, Educ: 1999.
- CASAROTTO, N. et alii. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento**. Atlas Editora.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Editora Paz e Terra, São Paulo: 2000.
- CASTELLS, M. et alii. Flujos, redes e identidades: una teoria crítica de la sociedad informacional *in* **Nuevas perspectivas críticas en educación**. Paidós: 1994.
- CASTELLS, M. **L era de la información. Economía, sociedad y cultura. La sociedad red**. Madrid, Alianza Editorial: 1996.
- CORREA, Roberto . **A rede urbana**. Summus Editorial Ltda.
- CORREIA, Bernal. **Rede corporativa integrada**. Editora Erica.
- COSTA, Frederico L. Programa de Estudos e Pesquisas em reforma do Estado e governança *in* **Revista de Administração Pública**. Vol. 33 n. 4, jul/ago 1999.
- COSTA, Nicolai et alii. **Na malha da rede**. Editora Campus.
- DIOGO, Fernando. **Por um projeto educativo de rede**. Asa Edições/Clube do Professor.
- DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis, Editora Vozes: 1998.
- FALEIROS, Vicente P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez: 1999.
- FAZENDA, Ivani C. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro**. São Paulo, Edições Loyola: 1979.

- FRAGA, Valdez F. Choque cultural como aprendizado profissional e humano *in São Paulo em Perspectiva*. Vol. 35, n. 5, set/out 1999.
- FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Direitos do Cidadão Idoso. São Paulo: 1995.
- GERMANO, José W. Pobreza e Educação: o avesso da cidadania In: **Revista Serviço Social e Sociedade 57**. São Paulo, Cortez: 1998.
- INOJOSA, R.M. & JUNQUEIRA L P. O movimento do setor de saúde e o desafio da intersectorialidade In **Publicação 20 anos da Fundap**: abril 1997.
- INOJOSA, R.M. Intersectorialidade e a Configuração de um Novo Paradigma Organizacional In: **Revista de Administração Pública**, vol.32, n.2: 1998.
- \_\_\_\_\_. Construindo futuro: transectorialidade e redes de compromisso social In: **Cadernos de Administração PUC-SP n. 3**. São Paulo, Educ: 2000
- INVESTMENT FOR HEALTH IN SLOVENIA. Copenhagen:World Health Organization, Regional Officefor Europe (Intersectoral Health Development Unit, Health Promotion and Investments Program): 1996.
- JONES, C. et alii; A general theory of network governance: exchange conditions and social mechanisms. **The academy of management review**: Oct. 1997.
- JUNQUEIRA, Luciano P. Descentralización, intersectorialidad y red en la gestión de la ciudad. **Revista del Clad reforma e democracia**. Caracas, Clad: oct.1998.
- \_\_\_\_\_. A descentralização e a gestão municipal da política de saúde. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, v.1, n. 1: 1996.
- \_\_\_\_\_. Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**. V.32, n.2: 1998.
- \_\_\_\_\_. Descentralización, Intersectorialidad y red en la gestión de la ciudad *in Revista del Clad reforma e democracia*. Caracas, Clad: oct. 1998
- \_\_\_\_\_. Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal.  
<http://www.fundap.sp.gov.br/info/textec4.htm>
- [JUNQUEIRA, Luciano P. et alii. Conferência Nacional de Saúde On-line .http://www.datasus.gov.br.](http://www.datasus.gov.br)
- LESCHER, Auro D. et alii. **Cartografia de uma rede: reflexões sobre um mapeamento da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de São Paulo**. Unifesp
- LINDBERG, Kelly J.P. **Guia Novell administração de redes NetWare**.Rio de Janeiro, ARX Publicações: 1997.
- LIPNACK. **Rede de informações**. Editora Makron Boorks do Brasil.
- MARQUES, Eduardo C. Redes Sociais e Instituições na Construção do Estado e da sua Permeabilidade In **Revista Brasileira de Ciências Sociais** n. 41. Anpocs: Out/99.

- MATTAR, Hélio. Globalización y redes internacionales *In: Memoria IV Encuentroamericano del Tercer Sector: Hacia un nuevo contrato social para el siglo XXI*: set/98.
- MELUCCI, Alberto. Movimentos Sociais e Sociedade Complexa *In: Caderno Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Nucleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais n.2*. São Paulo, PUC: 1997.
- MILES, Raymond et alii. Network organizations: new concepts for new forms. *California management review*. California, Sprint: 1986.
- OLIVEIRA, Eliana P. **O construir-se e o reconstruir-se do idoso através da convivência intergeracional: uma abordagem social**. Trabalho de Conclusão de Curso. FIMI: 2001.
- OLIVEIRA, F. **Redes locais nas empresas**; Campus Editora.
- ON, Maria Lucia Rodrigues. O Serviço Social e a Perspectiva Interdisciplinar *In O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber*. São Paulo, Cortez: 1995.
- PACKMAN, Marcelo. Redes: Uma metáfora para prática de intervenção social *in Dabas E.&Najmanovich, D. Redes: el language de los vínculos*.
- PECI, Alketa. Emergência e proliferação de redes organizacionais: marcando mudanças no mundo de negócios *In Revista de Administração Pública n. 6*. Rio de Janeiro: 1999.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. **Plano Municipal de Assistência Social 2000**.
- RICO, Elizabeth et alii. **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo, Educ: 1999.
- SAWAIA, Bader B. A Falsa Cisão Retalhadora do Homem *In: O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber*. São Paulo, Cortez: 1995.
- SCHATT. **Como funcionam as redes locais**. Editora Berkeley.
- SCHERER, M. **Rede de movimentos sociais**. Edições Loyola.
- SENAC-SP. **Carta de Educação Comunitária**. Ano V, n. 26, jun/jul 2000.
- SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas**. São Paulo, Casa do Psicólogo: 1997.
- \_\_\_\_\_. **A rede social na prática sistêmica**. Casa do Psicólogo Livraria e Editora.
- SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo**. São Paulo, Educ: 1996.
- \_\_\_\_\_. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Região de Piracicaba**. Piracicaba: 2000.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Gerenciamento da Qualidade Total na Educação**. Apostila. Limeira: 1999.
- VIANNA, L.D. Novos riscos, a cidade e a intersectorialidade das políticas públicas. *Revista de Administração Pública* v.32, n.2: 1998.
- VILLALOBOS, Verônica S. O Estado de Bem-Estar Social na América Latina: Necessidade de Redefinição *In: Cadernos Adenauer n. 1, Pobreza e Política Social*. São Paulo, Konrad-Adenauer: 2000.

- VILLASANTE, R. **Redes comunitárias y nuevas cosmologias**. Madrid, Alfaz: jun.1986.
- WANDERLEY, Mariangela B. Refletindo sobre a noção de Exclusão In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º 55. São Paulo, Cortez: 1997.
- WESTPHAL, Marcia F; Políticas públicas e investimentos: a intersectorialidade In **O município no Século XXI: Cenários e perspectivas**. São Paulo, Cepam: 1999.
- WHITAKER, Francisco. Rede: uma estrutura alternativa de organização. <http://www.rits.org.br/redes/rd-estrutalternativa> cfm.

## **CURRÍCULO DA AUTORA**

**ADA BRAGION CAMOLESI**, é Assistente Social, mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC, e doutoranda em Serviço Social pela mesma instituição.

Junto ao Governo do Estado de São Paulo exerce a função de Diretora Técnica Regional da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social- Divisão Regional de Piracicaba, e é docente da Faculdade de Serviço Social de Piracicaba e da UNISAL de Americana.

Presidiu o Conselho Municipal de Assistência Social de Piracicaba, no qual participou como representante da sociedade civil, e foi delegada do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente- CONDECA, como representante governamental.

Participou de fóruns e congressos nacionais e internacionais como o VIII Congresso Latinoamericano e Caribeño sobre Procuración de Fondos, na Cidade do México, e IV Encontro Iberoamericano do Terceiro Setor, em Buenos Aires.